

ENTRE OBITUÁRIOS, HONRA E SEGREDOS: UM OLHAR SOBRE AS POSSIBILIDADES DE CAMPO NO ESPAÇO BIOGRÁFICO

BETWEEN OBITUARIES, HONOR AND SECRETS: A LOOK AT THE FIELD POSSIBILITIES IN THE BIOGRAPHIC SPACE

Deyvid Santos Moraes¹

Resumo: Procuo neste artigo apontar como a construção do obituário (biografias póstumas curtas geralmente publicadas em jornais) fornece mais do que subsídios para a reflexão sobre os aspectos da morte, luto e família, mas também envolvem, em seu processo de produção e circulação, noções sobre honra, segredos e da articulação dos valores de uma sociedade. Para isso, busco autores e autoras que se debruçaram sobre as manifestações do espaço biográfico indicando caminhos possíveis para análise de trechos de obituários selecionados neste trabalho.

Palavras-chave: Biografia; Narrativas; Obituário.

INTRODUÇÃO

O uso das biografias nas ciências sociais foi impulsionado, principalmente, pela difusão das metodologias que focalizam o indivíduo como elemento privilegiado da análise social. Deste modo, o gênero biográfico oscila entre uma reconstrução histórica dos sujeitos e o polo ficcional de uma linearidade da vida, refletindo em sua circulação valores

frequentemente moralizantes de uma sociedade. A discussão aqui levantada é fruto da minha dissertação de mestrado em uma investigação da sessão de obituários no Jornal Gazeta do Povo, situado na cidade de Curitiba no Paraná. Nela, busquei mapear as continuidades e rupturas no processo da produção biográfica, especialmente sobre o tratamento das diferenças presente na narrativa dos sujeitos biografados. O campo se mostrou ainda mais fértil quando notei que não somente a produção desse material importava, mas também sua circulação e especialmente como estes dois aspectos, aliados ao contexto da morte e do luto, possuem uma potencialidade para o estudo das relações de prestígio, honra e segredos entre os participantes ativos desta escrita. Assim, buscarei nas próximas páginas, situar essas possibilidades na expectativa que possam servir a futuros trabalhos e interesses de pesquisa.

Buscarei apresentar estes processos de construção sob o viés de um jogo das informações. A palavra “jogo” embora seja recorrentemente remetida a uma ideia de

¹ Sociólogo graduado em Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

racionalidade dos agentes, não é trabalhada aqui sob este aspecto. Me refiro ao “jogo” por considerar que várias informações surgem, operam e se articulam a partir de diferentes interações e produzem sentidos à narrativa biográfica. O que está em jogo para a família é a necessidade da homenagem, por certo, mas também seu prestígio e honra socialmente constituídos. O manejo das informações não se trata apenas de dizer ou não dizer, saber ou não saber algo para ser narrado, mas também de um jogo sobre as motivações e propósitos das várias esferas até a publicação que, como dito, se articulam com modos de vida e aos marcadores de raça, gênero, classe social, origem, geração, sexualidade entre outros. Esses marcadores são compreendidos a partir de uma análise das diferenças que formariam os eixos aos que os obituários se referem. Eles também estão em constante negociação e indicam não somente uma marginalização dos sujeitos em detrimento de outros, mas também de constituição das identidades e experiências das trajetórias de vida, nos sentidos de possibilitar novos discursos de rompimento e tensionamento das normatividades.

A BIOGRAFIA OBITUÁRIA

O obituário contemporâneo relaciona anseios de uma sociedade e reflete o lugar social da morte em questão. É um espaço simbólico, onde sujeitos (os obituaristas) produzem enunciados a um público específico, “cujo horizonte de expectativas se sedimenta sobre uma tradição de lidar com a

vida e com a morte”, conforme estudo de Willian Vieira (2014, p. 14). O autor parte dos estudos culturais para analisar os obituários como gêneros textuais específicos e investigando a sua ascensão no século 20 e como esta produção pode refletir valores caros à contemporaneidade. Destaca ainda que nenhum funeral ou missa teria a força simbólica de sobreviver na memória coletiva como um texto publicado na imprensa com objetivo de ser “a última palavra” sobre a vida de alguém – fato que ganha relevância maior com a internet e da presença maciça dos jornais e revistas (e seus obituários) *online*. O obituário reúne a história do indivíduo, mas também de valores coletivos, um encontro não somente com as normas da escrita e do jornalismo, mas também com as necessidades sociais vigentes em sua época. Anterior ao estabelecimento da imprensa como principal veículo de comunicação e circulação de informações no ocidente, a prática de relatar os mortos pelo que viveram se encontravam em outras produções, como na literatura e nas artes visuais. Os epitáfios, por exemplo, antecedem e coexistem com o obituário como objeto de representação e dos anseios da lembrança da vida após a morte.

A escrita sobre pessoa que morre precisa enfatizar que houve uma perda não apenas para a família, mas eventualmente, para a comunidade, sendo necessário que a sua morte reivindique uma manifestação de pesar nos leitores em geral. Os aspectos do cotidiano com a vizinhança e familiares, pequenas benfeitorias, contribuições profissionais são elementos válidos para este estímulo. O obituário não é simplesmente uma homenagem a família, embora este seja

aspecto importante, mas entrelaça-se, como dito anteriormente, a uma escrita da vida envolta dos elementos que interessam ao propósito público do sentimento compartilhado de perda e luto. As diversas negociações entre honra, segredos e reputação estão de modo mais ou menos viesados às expectativas que os outros desconhecidos fazem do falecido. Estas expectativas respondem a papéis desempenhados, definições de contribuição a sociedade, o discurso aparente de uma vida plena.

Gilberto Velho (1994, p. 101-103) afirma que as narrativas biográficas oferecem um enquadramento retrospectivo e prospectivo ao ordenarem a vida, elas articulam memória e aspirações dos indivíduos, suas motivações e os significados de suas ações numa conjuntura própria de vida, conferindo uma sequência e linearidade a trajetória pessoal. Como a memória opera por fragmentos e os indivíduos certamente têm projetos diversos ao longo de suas vidas, as narrativas biográficas são (re)interpretações, leituras que sugerem perspectivas até contraditórias.

“Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial não mais contido mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo psicológico, que passa a ser medida de todas as coisas [...] Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico

da sociedade ocidental moderna”. (VELHO, 1994, p. 100).

Para Leonor Arfuch (2010), na contemporaneidade a concepção de biografia se expandiu e passou o caráter vivencial tornou-se preponderante. Pode-se considerar a intersubjetividade gerada pelas formas biográficas também como “um acordo entre o autor e o leitor, mas não necessariamente um pacto mútuo e estável” (p. 67). Não se trata mais da busca de uma totalidade biográfica, mas evidenciam-se fragmentos da vida. O alargamento e a transformação do biográfico diz respeito a uma forte tendência na cultura contemporânea à subjetivação, a privilegiar as narrativas do “eu”, os relatos vivenciais e as mais variadas formas de contar a própria experiência, incluindo a entrevista. São, assim, traçados novos contornos do espaço biográfico, habitado por gêneros consagrados como a autobiografia, o diário íntimo, as memórias, as correspondências, a história de vida, o testemunho em forma de depoimentos, mas também expressões outras além da escrita, como as audiovisuais e teatrais, os elementos da auto ficção, que alteram os critérios clássicos de veracidade, referencialidade e adequação com a articulação entre biografia, história e ficção.

“Os relatos de si estimulam, para além das tecnologias, uma revitalização do escrito, uma revalorização de formas canônicas talvez um tanto esquecidas (diários, cartas e relatos pessoais) [...] A internet conseguiu ainda “popularizar novas (das velhas) práticas

autobiográficas das pessoas comuns, que, sem necessidade de mediação jornalística ou científica, podem agora expressar livre e publicamente os tons mutantes da subjetividade contemporânea”. (ARFUCH, 2010, p. 150).

Leonor Arfuch enfatiza o caráter múltiplo do espaço biográfico. As escritas de si e dos outros, mesmo quando narradas situações episódicas, são processos constitutivos de subjetividade. A autora focaliza a produção das biografias enquanto linguagem escrita (diários, autobiografias, cartas) ou falada (entrevistas, filmes). Erving Goffman (1988) oferece um sentido ainda mais amplo da questão biográfica, pensado a partir das relações de interação dos sujeitos, refletindo sobre o controle da informação e a identidade pessoal do indivíduo que resulta no sentido biográfico. Tal abordagem concebe a todo sujeito um biógrafo de si e dos outros, escapando do juízo das biografias apenas por si mesmas, o autor em suas considerações expande a discussão aos determinantes de veracidade das informações sobre o próprio indivíduo. As informações sobre um indivíduo geram sua linha biográfica, sejam estas memorizadas por seus amigos íntimos ou nos arquivos de uma repartição pública, seja portando um documento de identificação, daí será possível também estruturar uma história, fazê-lo um objeto da biografia (p. 73).

Tudo aquilo que alguém fez e pode vir a fazer possa ser incluído em sua biografia, porém, como já exposto, não basta a junção de fatos desordenados, é necessário colocá-lo

sob uma única perspectiva, uma única identidade que justifique a narrativa:

“Por mais patife que seja um homem, por mais falsa, clandestina ou desarticulada que seja a sua existência, por mais que esta seja governada por adaptações, impulsos, reviravoltas, os verdadeiros fatos de sua atividade não podem ser contraditórios ou desarticulados. Note-se que essa unicidade inclusiva da linha da vida está em flagrante contraste com a multiplicidade de “eus” que se descobrem no indivíduo”. (*ibidem*, p. 73).

A partir do pressuposto de uma identidade pessoal, deve-se considerar seu grau de conexão informacional. Isto para que estas informações sobre os fatos de uma vida, sua proximidade ou distância com outros fatos sociais, sejam coerentes quando ordenadas, estejam conectadas. Considerando estas contribuições, surge a reflexão sobre como o esforço biográfico institui uma unidade que melhor condense o indivíduo aos fatos de sua vida e para aquilo que sabem e o quanto sabem sobre ele. É necessário justificar ainda o ato em si, de contar e seu motivo. Como quando falamos de um amigo a alguém que possa lhe oferecer um emprego, certamente sua biografia será contada de modo que destaque suas qualidades profissionais e que sejam coerentes entre si, que confirmem o motivo da comunicação. Estamos diante de um jogo onde as informações são expostas e invisibilizadas. Estas informações podem não ser verdadeiras, ou ser manejadas colocando sob uma ótica de convencibilidade, criando um “outro” social. Neste sentido,

as biografias utilizadas nos obituários permitem essa visualização, o ato do falecimento e o que prossegue para que aquele que partiu seja lembrado, haja complacência com sua partida, mesmo para aqueles que nunca o conheceram e não podem atestar tal veracidade.

UM JOGO DE INFORMAÇÕES

Quando consideramos que a biografia é cerceada por um jogo de informações, como salienta Goffman (1988), as possibilidades de informações a serem identificadas a um indivíduo atuam de acordo com as fontes e, considerando a unidade biográfica, podem até mesmo sofrerem uma relação de concordância ou discordância. Ao anunciar o obituário a biografia passou por duas esferas principais, a da família, em sua narrativa sobre o que tem conhecimento e o que pretende contar, e ao jornalista – incluindo a equipe dos editores, revisores e outros profissionais do jornal que permeiam a edição. A publicação parte então para uma terceira esfera, deixando de ser uma biografia compartilhada pelo número menor de pessoas e se torna *pública*. Porém, nesta etapa não somente a apreciação da biografia surge, mas também se corre o risco da contestação e até tentativas de reescrita por outras pessoas que possuem outras informações, mesmo que socialmente tidas como verdadeiras ou enganosas, queiram também compartilhá-las e estiveram antes excluídas desse processo.

No sentido enfatizado por George Simmel (2009), uma concepção (informação) da pessoa A sobre a pessoa B,

mesmo que vista como distinta daquilo que a pessoa C diz ser sobre B, não pode ser tida como enganosa ou incompleta. Isto porque o que A pensa sobre B é verdadeiro para si mesmo, devido as circunstâncias totais da relação que estabeleceram. Nem A nem C tem uma concepção objetivamente verdadeira e real de B. Lindjane S. Pereira (2008) enfatiza ainda os dois tipos de fontes de referencialidade da construção biográfica: as primárias, que são as fontes gravadas ou impressas que não dependem da memória humana no presente da investigação (documentos, cartas, autobiografias, etc.), e as secundárias, ou seja, as que dependem da memória humana (entrevistas feitas pelo biógrafo). Segundo a autora, as primeiras são mais confiáveis do que as segundas, que são baseadas em lembranças.

Por início, neste jogo devemos refletir sobre os segredos de família. Por segredos de família, compreendo o jogo feito no âmbito familiar. Aquele que faleceu, não só vivenciou momentos em conjunto com família, mas também compartilhou informações sobre si mesmo e suas percepções. Para Simmel (2009) o indivíduo pode voluntariamente revelar a verdade sobre si mesmo como por dissimulação decidir levar seu interlocutor ao engano. A vida civilizada moderna, porém, não permite que todas as informações sejam verificadas, até mesmo no sistema econômico a base do crédito opera em algum nível pela confiança, nas relações pessoais também, a fé e a honra fornecem a garantia de que não seremos enganados.

“As relações de caráter íntimo cujo veículo formal e a proximidade psico-física, perdem o encanto e até o conteúdo da sua intimidade a menos que a proximidade inclua ao mesmo tempo e alternadamente, distância e intermissão. Finalmente – e é com este assunto que nos preocupamos – o conhecimento recíproco que é a condição positiva das relações sociais, não é a única. Ao contrário, do modo como são, essas relações na realidade pressupõem uma certa malversação, uma espécie de média que varia imensamente, de ocultação recíproca”. (SIMMEL, 2009, p. 225).

Mentir com frequência, é claro, leva a romper uma situação social e desestabiliza essas relações de reciprocidade, mas nem toda ocultação possui esta premissa negatividade. O próprio ato de ocultação, ou a discrição, pode permitir um outro escopo de hierarquia ou proximidades que as justifiquem ainda que também tratem de não permitir que o outro conheça determinada coisa. O segredo de uma parte é de certo modo acatado pela outra, se oculta voluntária ou involuntariamente e é também respeitado voluntária ou involuntariamente de acordo a proximidade da relação. Relações de afeto, como amizade ou um casamento, geralmente limitam esses usos ainda pela concepção de que uma pessoa “se abre” inteiramente para outra, pois podem gerar a intenção de descoberta desse segredo, o que leva à dissimulação que também pode desestabilizar a reciprocidade anterior.

“Uma das características de toda relação entre duas pessoas ou entre dois grupos é haver segredo ou não e a

medida em que o mesmo exista; pois mesmo no caso de uma parte não notar a existência do segredo, este modifica a atitude daquele que o guarda, e, por conseguinte, modifica toda a relação”. (SIMMEL, 2009, p. 236).

O segredo é entendido por George Simmel como uma categoria sociológica neutra, não está ligado ao obscurantismo ou à maldade, pois estes são valores atribuídos a situações diversas. É certo, porém, que “se o que é secreto não está ligado ao mal, o mal se associa ao que é secreto. Por razões fáceis de alcançar, o imoral se esconde, mesmo quando não há punição social a temer, como no caso de certos desvios sexuais” (*ibidem*, p. 236). As dimensões da moralidade, ética e social são importantes no desencadeamento do dito e o não dito, mas também poder conferir valor ao que é compartilhado. Contar a alguém o que outros não sabem podem indiciar um estreitamento da relação, um privilégio que não está em poder dos outros a ser revelado.

Após a morte do indivíduo que será biografado, os segredos de família são também as informações que a família não pretende publicizar, seja por constrangimento a si mesma ou por contradizer a construção de uma unidade biográfica. A informação existe, mas não é selecionada pelo familiar que conta a história, ou ainda é proibida como parte de um acordo entre os vários membros da família que possuíram a oportunidade da fala. O sentido dado pela homenagem, pública e de controle mais fugaz, está intimamente ligado ao elemento simbólico da honra que, reproduzindo um conceito

adotado por Cláudia Fonseca (2004) inspirado em Pitt-Rivers, “seria um nexos entre os ideais da sociedade e a reprodução destes ideais no indivíduo através de sua aspiração de personificá-los” (p. 10). Para a autora o conceito de honra desenvolve-se em dois aspectos:

“O primeiro sublinha o sentimento individual, o orgulho pessoal, ou seja, o esforço de enobrecer a própria imagem segundo as normas socialmente estabelecidas; o segundo refere-se a um “código de honra”, um código social de interação, onde o prestígio pessoal é negociado como o bem simbólico fundamental de troca”. (FONSECA, p. 10).

A noção do código de honra fixa um ponto nas relações de poder diversas e contraditórias, se abastecem de uma postura que seja socialmente aceita e compartilhada, mas também mais ou menos previsível. O elemento da honra perpassa pelo prestígio social familiar, contudo, é um conceito útil pois vai além e indica também seu caráter individual de conduta, enquanto o prestígio remete ao reconhecimento coletivo. A família (e não apenas o morto) será homenageada, para tanto, as narrativas operam sob a honra, não a honra aristocrática ou da realeza, mas fortemente ligadas a conduta do falecido e de emoldurar posições sociais ocupadas. Isto ocorre, pois, a família não só permite que as informações sejam compartilhadas, como passam também a responder por elas. Essa autoridade biográfica surge com a responsabilidade de assumir, explícita ou implicitamente, pelos desvios cometidos por aquele que

falece e que voluntariamente tornaram sua vida pública. Trata-se de defender a imagem e, como já dito, preservar a “boa morte”, cabe a família manter a honra do falecido sob o perigo de também responderem por sua índole.

A biografia torna-se então compartilhada com um número maior de pessoas, em início com o jornalista e a equipe editorial em sequência. Como explorado no subcapítulo anterior, a noticiabilidade é determinada por normas mediadas socialmente e pela audiência que se busca. Para Maria Isaura P. Queiroz (QUEIROZ, 1987), o objetivo do biógrafo – que pode ser compreendida na figura do jornalista –, é desvendar a vida particular daquele que se está investigando, mesmo que neste estudo atinja a sociedade em que o biografado vive, o intuito é explicar um comportamento e as fases da existência individual, “a finalidade é sempre um personagem” (p. 9). Sua finalidade é oposta ao pesquisador que utiliza o método das histórias de vida, por exemplo, o depoimento está ancorado neste personagem e dá-se maior relevância a veracidade dos fatos, podendo vasculhar ou mesmo rejeitar partes das narrativas, descobrir ou encobrir segredos, guiar as narrativas a modelos exemplares que, novamente, flertam com as noções de honra e prestígio.

William Vieira (2014, p. 14) ressalta a força simbólica do obituário em reverberar na memória coletiva como um texto publicado na imprensa com objetivo de ser “a última palavra” sobre a vida de alguém. Esta intencionalidade se alinha ao poder existente em uma manifestação na mídia, cujo acesso e formalidade colaboram

com o sentimento de veracidade dos fatos, além do respeito evocado pela morte em si. Entretanto, a possibilidade de comentário nos obituários do *Gazeta do Povo*, abre uma fenda que pode servir de contestação ou de novas informações, não controladas anteriormente e que disputam o mesmo espaço midiático. Os termos de uso que cobrem as práticas que seriam danosas a biografia e a família, não indicam necessariamente que as regras serão cumpridas ou mesmo se os comentários serão imediatamente moderados de acordo com a violação das mesmas. Segue exemplo de comentário que escapole deste controle e alterna na página do obituário entre uma biografia tida como oficial, seguida de uma extraoficial:

“Nos anos à volta de 1987, formavam-se filas imensas, da sede da rádio Colombo, na galeria Andrade, até a praça Osório, de milhares de mulheres pobres, ignorantes, com rosas na mão, para oferecer ao boneco de Maria. A romeiras recebiam um panfleto de propaganda eleitoral do promotor da "homenagem" que foi eleito deputado. Preciso de dizer algo mais?” (Arthur, comentário. In: Erwin: um radialista de fé. 79 anos).

Ao que outro retruca:

“E os maus ficam para denegrir e desrespeitar a imagem dos que partiram.” (David, comentário. In: Erwin: um radialista de fé. 79 anos).

O primeiro comentário reestabelecia a narrativa sobre a prática dos devotos que se reuniam em torno da capela da rádio no mês de maio e o carinho que o radialista recebia. O risco do vir a público cria a possibilidade do contraditório, mesmo quando não utilizando do mesmo espaço do obituário, pode permear conversas entre a comunidade, impossíveis de serem contidas. Inclusive da discordância pela mesma ferramenta, no caso o segundo comentário. As informações estão em poder muitos que conheceram ou souberam casos da vida da pessoa, bem como o jogo de quais estão mais próximas da veracidade e do objetivo de “enobrecer” estas vidas, próprio do obituário. Mas o jogo pode virar, por algum motivo, até mesmo contra o jornal ou quem colabora com a biografia, comprovando que as informações disputam em todas as esferas. Acompanhemos o exemplo de um dos obituários seguido de um comentário na página:

“A relação com a família não foi tão próxima quanto gostaria, talvez pela diferença de idade entre Marly e os parentes, que eram muito mais velhos, ou talvez por sua história de abandono, que não evocava boas lembranças a alguns dos familiares. Não é possível afirmar a razão com clareza, mas esse aspecto, bem como a trajetória de vida de Marly, tornaram a carioca alguém que conduzia seus pesares com o amparo da fé. [...] Em 1977, conheceu Beatriz, que se encantou com a honradez, o conhecimento e a dignidade de Marly. As duas passaram a ser companheiras para toda a vida em 1985. Elas construíram o que Beatriz define como uma relação de parceria, integridade e fidelidade. Juntas,

adquiriram uma chácara na área rural de Guaratuba, no Litoral do Paraná, onde desenvolviam atividades com as crianças da vizinhança e alimentavam as dezenas de colibris que frequentavam o local”. (In: Marly: a paixão pela história. 79 anos).

“É uma inverdade o que a colaboradora Cecilia Tumler escreveu sobre Marly Garcia Correia postado neste jornal na data de hoje (23 de abril de 2016). [...] quando Marly precisou ser internada às pressas em hospital público, não faltou auxílio financeiro por parte de nós, os familiares, [...] E não muito tempo mais tarde, já recuperada, houve desentendimentos por motivo torpe, provocados pela sua companheira Beatriz, que a fez virar as costas para nós. Ressalto que durante estes últimos anos houve inúmeras tentativas de reaproximação de nossa parte para "passar a borrachinha" no ocorrido, mas tudo foi em vão, o que é lamentável. Já que a Beatriz que sempre dizia ser escritora também, por que ela mesma não escreveu ao invés de pedir a outrem escrever (ou assinar) por ela? Esta sua atitude mais parece uma tentativa de nos "alfinetar" já que sabe muito bem que a maioria de nós somos leitores da Gazeta do Povo”. (Olimpio, comentário. In: Marly: a paixão pela história. 79 anos).

Este comentário mostra-se particularmente interessante pois reivindica a esfera familiar que, pelo que alega o usuário, foi ocupada pela companheira de Marly. O conflito sugere uma outra versão biográfica não apenas de Marly, mas também do familiar que sente atacado ou injustiçado. Neste caso, a informação contida no comentário busca anular uma anterior e insinua uma inveracidade

cometida. Devemos então tratar sobre a possibilidade das informações não corresponderem ao fato, ou ultrapassar a perspectiva sobre alguém de tal modo que extrapole uma tolerância a outras opiniões sobre a mesma pessoa, criando condutas antagônicas. Assim, as informações podem ser tidas como mal-intencionadas, em especial quando ocorrem paralelamente aos oficiais, que sugerem maior confiança. A fofoca se contrapõe à reputação, mas ambas se referem às redes que se criam sobre determinada pessoa.

“A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos. Ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança”. (FONSECA, 2004, p. 23).

No sentido das redes, a fofoca adquire outras funções que vão além da interpretação da má intencionalidade. Assim como o segredo, ela pode reforçar o sentimento de identidade, mas ao criar uma história social do grupo; “não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa a integração no grupo” (p. 23). Podem ter função educativa, quando elucida princípios morais do grupo através de casos acontecido com os outros. E, por fim, ela informa a reputação do membro de uma coletividade, consolidando ou prejudicando sua imagem pública (*ibidem*, p. 23).

A fofoca torna-se uma arma perigosa pois ataca o que há de mais íntimo na vida dessas pessoas, a reputação. Ela indica o tratamento que será recebido pelas redes do grupo de acordo com as convenções de moralidade. Podem também, em sentido oposto, descredibilizar aquele que o faz, quando não consegue convencer a confiança dos outros. Assim, os discursos de moralidade introduzem pressupostos básicos e compartilhados, sendo uma das estratégias de convencimento da opinião pública. Outras podem ser o ato de reivindicar uma proximidade tida em vida, que autorizam a fala, “eu o conhecia muito bem” seguindo do “sei o que estou dizendo”, mesmo quando enganosa a informação apontada.

Busquei apreciar as três esferas no jogo e controle das informações: o familiar, que envolve o indivíduo e suas relações mais nucleares, família e amigos próximos; o compartilhado, quando há a decisão da biografia da primeira esfera, envolvendo o jornalista, que geralmente não conhece a pessoa biografada, mas codificará as informações para que atendam uma demanda, além dos revisores e editores; e o coletivo ou público, o ato da publicação e postas a prova socialmente estas informações. O controle das informações trata-se de um “jogo”, pois dependem de vários atores e suas reações e agências sobre uma pessoa que não poderá mais questionar, contar ou reivindicar o que será dito. Os segredos não confidenciais constituem o risco de não biografar de forma fidedigna ou ainda completa, pois indicam que facetas dessa vivência podem não ter sido descobertas. Ao mesmo tempo que a homenagem, a honra e o prestígio podem impor

quais fatos irão se sobrepor, silenciando outros, mas que podem não ser escondidos quando levadas a público. As informações que sugerem o curso biográfico são fragmentadas e apresentadas de modos distintos a cada pessoa que se convive, esses fragmentos podem ainda, por alguma razão, despertar o desejo de punição ou vingança, compartilhando informações dúbias ou mal-intencionadas que ataquem a reputação de alguém.

As motivações que movem essas esferas não operam, contudo, isoladamente. Não se tratam somente de uma quebra-cabeças a se montar sobre o sujeito biografado. Como dito, a produção biográfica se constituiu ao oferecer uma sequência e coesão à trajetória, não são fatos aleatórios que constituem a identidade escrita no obituário, mas sim um manejo para que as informações não revelem grandes contradições sobre a pessoa. Portanto, ao apreender e organizar essas narrativas sobre alguém, também criamos e nos deparamos com camadas de enredos possíveis. Suely Kofes (KOFES, 2001), ao procurar situar a trajetória de Consuelo Caiado na cidade de Goiás (GO), explora várias narrativas orais e escritas e, resumidamente, sugere que a narrativa e a configuração da narrativa armam o enredo, pois “estabelecem traços da experiência temporal”, conjugam concordâncias e discordâncias (p. 126).

As narrativas sobre Consuelo Caiado apontaram três estilos de enredo. O primeiro estilo seria o “contos da bruxa” em que S. Kofes contrapõe ao “conto de fadas”, pois compreendiam narrativas com valor moral e um caráter que tende ao fantasioso sobre a vida e a reclusão de Consuelo

como um personagem. Um segundo estilo seria a “ausência do enredo”, paradoxalmente a não existência da lembrança sobre Consuelo, mas não como um lugar de todas as possibilidades: onde havia esquecimento sobre Consuelo, ocupava-se a menção à Cora Coralina como referência à cidade de Goiás. O terceiro estilo “histórias sobre Consuelo” que mais se aproximou de uma “história de vida”, pois contava com as lembranças, registros e narrativas que a ofereciam um estatuto de “pessoa”, além do que a própria Consuelo contava sobre si mesma.

A obra de S. Kofes indica como um mesmo sujeito pode ser narrado em diferentes (e simultâneos) enredos. As informações produzidas e circuladas são um dos elementos que constituem essas narrativas, mas para que se tornem narrativas precisam configurar uma ordem e coesão, além de evocar os outros elementos subjetivos e interpessoais citados anteriormente. Todo esse conjunto constitui o enredo que estará presente em cada obituário, indicando qual deles prevalecerá como biografia publicada. O jornalista obituarista, ao reunir diversas narrativas sobre o falecido, pode lidar com diversos personagens e distintos entre si, assim como até em um mesmo grupo familiar exista diferentes estilos de enredo construídos sobre aquela vida. É neste momento que as normativas sobre homenagem, honra e lembrança atuam e estabelecem um sentido médio dado a estas biografias. De todo modo, cabe ressaltar mais uma vez que mesmo a biografia publicada no obituário não constitui uma “última palavra” sobre alguém e consolida determinado enredo. Considerando as narrativas orais que suscitam e,

neste caso em que os obituários podem receber comentários *online*, essas biografias nunca estão de fato concluídas, mas possuem papel importante na cristalização de determinada memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É seguro defender o posicionamento que as biografias individuais retratam cenários coletivos. Essas construções, assim como a linguagem escrita e falada, por onde são comunicadas, possuem sentidos a partir da interação dos indivíduos e, portanto, influenciam e são influenciadas pelo meio social. Não somente neste aspecto da enunciação, a própria linearidade e seletividades condicionadas nas trajetórias de vida são resultados desse meio, a construção das narrativas e suas sequências indicam o esforço em oferecer uma coesão as experiências da vida. Em outro sentido, o empreendimento biográfico refere-se a valores comuns, entendimentos das normas vigentes e dos riscos do desvio em cada propósito. As biografias obituárias possuem singularidades frente a variedade do gênero biográfico. Elas estão inseridas no contexto das práticas mortuárias, possuindo uma afinidade maior com os valores morais pois também indicam a possibilidade daquele que falece ser registrado como uma “boa vida” e, em circunstâncias específicas, garantir uma passagem tranquila da vida para a morte.

O que explicaria o fenômeno das audiências editoriais e cinematográficas das biografias? Talvez o sentimento evocado traz à tona expectativas em torno desses

valores, seja para a condenação, como as biografias negativas de criminosos nas páginas policiais, ou para o mérito, como as narrativas moralizantes dos obituários. Nas várias possibilidades de estudos do curso da vida, as biografias ganham importância para a reflexão teórica, embora o consumo biográfico tenha se popularizado há muito tempo, o espaço biográfico ainda parece à margem dos estudos nas ciências sociais. Talvez ainda esteja difundido o hábito de considerar o caráter biográfico apenas como meio de pesquisa, como se fosse parte das técnicas qualitativas para inferir sobre outros temas e, dificilmente, sendo pensada em si mesmo. Além disso, a biografia escrita como gênero “impuro”, oscilando entre a literatura e a narrativa histórica, provoca ainda cautela sobre o uso das informações obtidas. O caráter ambíguo da biografia, porém, não a desqualifica enquanto objeto de estudo. A exemplo dos usos das narrativas de vida, há recursos metodológicos que asseguram o pesquisador, inclusive para manusear tais elementos de informação para a pesquisa. A forma que as narrativas são construídas e ditas também refletem em sua circulação as ações dos sujeitos e as redes que se inserem. Elas podem evidenciar noções de pertencimento e conduta de uma coletividade.

As possibilidades desse percurso podem ainda ser exploradas a partir de outras preocupações. A exemplo do silêncio como outro elemento importante, assim como a noção de segredo, podem refletir na construção dessas narrativas. Os estudos sobre a política memória poderiam indicar a possibilidade de novas interpretações sobre a

produção das narrativas e suas recorrências. Se a constituição do obituário opera e é articulada em torno de representações da morte, família e coletividade, através das informações que constituem uma biografia, a sua publicação ressoa na memória compartilhada e coletiva de determinado grupo. Pressupor a memória coletiva e seus enquadramentos permite compreender quais lembranças serão oficializadas, notórias; esta memória social, porém, é seletiva não somente por registrar o ethos de uma coletividade, mas também sobre como o jogo de informações se insere nesta disputa. A memória seria não somente seletiva, devido a escolha de quais memórias se tornarão hegemônicas e quais serão subalternizadas, mas também das possibilidades dessas informações que compõem as narrativas estarem disponíveis e em disputa neste jogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos*. 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOFFMAN, Erving. Controle de informação e identidade pessoal. In: _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, p.51-116, 1988.

KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras, 192 p. 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indivisível” ao “divisível”. *Ciência e cultura*. São Paulo: n. 3, v. 39, mar., 1987.

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. Trad. MALDONADO, Simone C. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, Número 1, p. 219-242, 2009.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1994.

VIEIRA, Willian. *O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade*. 2014. 184f. Dissertação (Mestre em Estudos Culturais) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2014.